



Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvêrio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achantando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº ATG 0439/92, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1991. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº ATG 440/92, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Relatório de Execução Física do Orçamento - Programa

1991, que detalha as ações desenvolvidas por projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, pelas entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 381/92, do Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando documentos de prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 1991, do Departamento de Trânsito do Paraná. Ao Conhecimento da Casa.

OFICIO Nº 66/92

Senhor Presidente.

Tendo em vista reunião programada para o dia de hoje, à tarde, na Cidade de Arapongas, a qual comparecerei e onde as lideranças empresariais e políticas do Município debaterão a possibilidade de parcerias empresariais através do programa denominado Paraná-Europa, que integrará empresas brasileiras e italianas da Região de Lombardia, desejo justificar minha ausência a sessão Plenária desta data.

Ao ensejo apresento-lhes meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 21.05.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

OFICIO Nº 418/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário neste dia 21 de maio de 1992, tendo em vista prosseguimento de diligências externas como membro da Comissão Especial instalada para investigar conflitos fundiários que ocorrem em Laranjeiras do Sul, onde, pelo mesmo motivo, encontrava-se no dia 18 de maio próximo passado, tendo assim se ausentado das atividades nesta Assembléia Legislativa.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 21.05.92

(a) MARIO BEZERRA

OFICIO SPB/1248/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 21.05.1992, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.05.92

(a) ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 144/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, com sede e foro no Município de São João do Caiuã.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.92

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Insta salientar, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, tem por finalidade prestar atendimento especializado a portadores de deficiência mental, tarefa esta bem desempenhada pela Escola Especial "Raio de Sol".

A referida escola desenvolveu algumas promoções para arrecadar recursos para a aquisição de alguns materiais básicos para o seu funcionamento, conseguindo alugar a casa onde funciona através da Prefeitura de São João do Caiuã.

Cabe informar, que os alunos antes de ingressar na escola passam por uma avaliação, a qual é realizada por profissionais: psicólogos, pedagogos, etc, que encaminham as crianças de acordo com seus problemas à área de atendimento adequada. Ainda conta com atendimento na área médica do posto de saúde; de fisioterapia, que avalia e orienta cada caso, com tratamento no posto de saúde de Paranavaí e ainda atende as famílias dos alunos dando-lhes informações e esclarecimentos sobre o funcionamento e tratamento efetuado pela escola.

A uma associação que desempenha tão nobres tarefas, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 145/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Albergue Noturno de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.92

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora pretendemos que seja declarada de Utilidade Pública, foi registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Foz do Iguaçu, sob nº 18.452, em 20 de novembro de 1981, tendo por denominação anterior Associação Alber-

que Noturno São João Batista, alterada agora para Associação Albergue Noturno de Foz do Iguaçu, conforme se depreende da segunda alteração de Estatuto, que segue, em anexo.

Trata-se de Entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente e assistencial, filantrópica, e que oferece hospedagem refeições e agasalhos às pessoas carentes do município, como pode ser observado através do relatório das atividades desenvolvidas em 1991, pela Associação, além de outras finalidades.

PROJETO DE LEI Nº 146/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia, com sede e foro no Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia, com sede e foro no Município, Sociedade Civil de caráter Assistencial, sem fins lucrativos, tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação e inserção social do excepcional, estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas e de oficinas, entre outros objetivos, razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, e para o qual contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa.

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

(Lê):

"AÇÕES DO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO NA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR"

No mês de julho próximo, o Governo do Estado completa o primeiro ano de execução do Programa "Casa da Família", desenvolvido pela Secretaria de Habitação do Estado, através da COHAPAR:

Uma das prioridades da atual administração, "HABITAÇÃO POPULAR" mudou de conceito no Paraná. De uma forma simples e eficiente foi estabelecida uma "Parceria" entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, pela qual, já foram construídas 11.268 casas populares somente em 1991. Somando as unidades em obras, em 309 municípios atendidos pelo Programa,

cerca de 20.000 moradias de 44 e 48 metros quadrados estão sendo edificadas no Paraná.

São mais de 100 mil paranaenses beneficiados diretamente pelo Programa "CASA DA FAMÍLIA", em menos de um ano de existência.

O Programa, destinado a famílias carentes, cuja renda compreende a faixa de até 3 salários mínimos - hoje 690.000 cruzeiros - assegura casas populares de bom padrão, a um custo médio de 300 Unidades Padrão de Financiamento, para casa com 44 metros quadrados e de 400 Unidades Padrão de Financiamento para casa com 48 metros quadrados. Ou seja: CINCO MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS POR UMA CASA DE 44 M2 E SEIS MILHÕES E NOVECIENTOS MIL CRUZEIROS POR ÁREA DE 48 M2.

As moradias são construídas pelos próprios moradores, num processo de MUTIRÃO HABITACIONAL. O financiamento é de até 25 anos e a prestação nunca é superior a 20% do salário mínimo vigente.

Mas afinal, qual é o segredo do êxito do PROGRAMA CASA DA FAMÍLIA, que vem sendo executado pelo Governo Roberto Requião.

Numa linguagem simples, diríamos que o segredo está na vontade do Governo em reduzir o déficit de trezentas mil moradias em todo o Estado, com a decisão política de cada Prefeito em participar dessa parceria, cedendo a área e a infra-estrutura para a execução da obra.

O reconhecimento do Governo e dos atuais Prefeitos de que hoje, a HABITAÇÃO POPULAR é mais do que um projeto social, é sim um serviço público que deve ser colocado em primeiro lugar por todos aqueles que têm compromisso com a população mais pobre e menos assistida.

O Governador Requião realmente deu prioridade para Habitação Popular. Prova disso enfatizamos que em apenas um ano 20.000 casas foram construídas, beneficiando mais de 100.000 pessoas em 309 municípios, que totaliza quase que todos os municípios do Paraná.

Diariamente são repassados os recursos do Tesouro do Estado às Prefeituras que administram diretamente as obras, cabendo a COHAPAR todo o acompanhamento desde a elaboração do projeto técnico e construção, incluindo, inclusive a seleção dos candidatos, respeitando critérios de justiça social e necessidades.

O Governador Requião vem assegurando mensalmente 4 milhões de dólares para a execução deste programa.

O Estado do Paraná vem assim superando a crise e suas dificuldades, rompendo a barreira inicial de 20.000 casas, pretendendo construir ainda mais, pelo que novos projetos estão sendo elaborados e os prefeitos têm assinado convênios, recebendo

os recursos necessários para as construções das moradias nas mais distantes localidades do Estado. Não há discriminação a nenhuma Prefeitura. A parceria é para todos. São 309 municípios atendidos até agora, em apenas 11 meses de programa.

Os custos das casas construídas pela COHAPAR, Senhores Deputados, representam até um quinto a menos dos custos de programas federais, conforme conhecimento.

A Companhia de Habitação do Paraná - "COHAPAR", mantém 12 escritórios regionais no Estado, a saber: em Londrina, Apucarana, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Paranavaí, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Umuarama, União da Vitória, realizando todo o trabalho de seleção, acompanhamento e controle dos mutuários e das obras executadas pelo Governo no interior, onde reside hoje dois terços da população beneficiada pelos Programas Habitacionais do Estado.

Engenheiros e assistentes sociais, além dos funcionários administrativos, prestam um atendimento aos interessados desde a seleção até a conclusão da obra, ensinando e orientando como ocupar e preservar o imóvel, até mesmo, a criação de uma Associação de moradores, atendimento em creches e atividades esportivas. Uma integração social completa, comprovando o nível de comprometimento do Governo do Estado do Paraná com as camadas menos privilegiadas da população.

O Secretário Luiz Carlos Romanelli tem sido elogiado pelos Prefeitos que participam do programa CASA DA FAMÍLIA, pela postura firme e correta que conduz o Projeto Habitacional do Governo, hoje destacado a nível nacional.

Pela administração séria e transparente das verbas canalizadas pelo Governo à área de Habitação Popular, cumprindo a finalidade a que são destinadas, e também pela participação efetiva na discussão de propostas para uma mudança na estruturação do setor em todo o País, a partir da formulação de sugestões do Fórum Permanente de Secretários de Habitação e ainda da Associação Brasileira de COHABS.

É preocupante a questão da aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Trabalhador, nos Programas Habitacionais. O rombo causado no SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, pelo mau gerenciamento das verbas oriundas do FGTS e que soma hoje, mais de 20 bilhões de dólares, por si só representa o problema habitacional brasileiro.

E aqui também o Governo Paranaense, vem buscando formular propostas para a criação de um conselho Nacional de Habitação, permitindo disciplinar e regulamentar a aplicação desses recursos sem outros interesses que não a redução do alarmante

déficit nacional de moradias, hoje superando a casa de 10 milhões unidades.

E por tudo isso Senhor Presidente e Deputados que nós do Paraná, mais uma vez temos orgulho de dizer, que o nosso Governador dá o exemplo de seriedade e trabalho com o dinheiro público. E que o Governo Roberto Requião confirma as promessas de realizar o sonho da casa própria aos milhares de paranaenses, que viviam ao relento e hoje, quando voltam do seu trabalho pode conferir, com orgulho de pai de família, que sua esposa e filhos estão no aconchego de um lar. Simples, pequeno é verdade, mas digno de quem não merece viver ao relento, à ação do sol e da chuva, contrastando os direitos de cidadania e à uma vida melhor que tanto desejamos aos nossos irmãos paranaenses.

E dessa forma correta, transparente e honesta, que o Governo Requião vem cuidando do dinheiro público, quando todo o País, assiste ao descabro e aos seguidos escândalos governamentais, que nos entristecem sobremaneira.

Que o exemplo do PROGRAMA CASA DA FAMÍLIA, balizado na conduta do Governador, seja ao menos lembrado por todos aqueles que desejam o progresso do Estado e a garantia dos direitos de nossa gente, onde a moradia é primordial, independente e acima de qualquer cor partidária.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao horário das Lideranças. PL, PDT, PST, PFL, PRN, PMDB, PSDB, PTB, com a palavra. Todos declinam.

Com a palavra, o Deputado Ernani Pudell, no Horário do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a história do Brasil tem confirmado sempre que nós vivemos sob o império da violência contra as classes oprimidas e da impunidade dos poderosos.

Estava marcado para a próxima segunda-feira, na Cidade de Umuarama, o julgamento de Darci Alves, que foi o mandante, que utilizou das mãos do próprio filho para assassinar Chico Mendes. Esse cidadão, a exemplo de tantos outros que têm as mãos manchadas de sangue pela ganância de roubar as terras do nosso povo, que já foi acusado de assassinato em Minas Gerais, que veio foragido ao Paraná, e aqui também é acusado de diversos crimes, e procurado pela justiça, novamente se refugia no Estado do Acre.

No Estado do Acre, Darci Alves, proprietário de uma extensa área de terras que estava sendo sistematicamente devastada a floresta para ceder lugar aos bois, encontrou a resistência de alguns brasi-

leiros anônimos, encontrou a resistência dos povos das florestas, dos índios e dos seringueiros. E essa resistência era liderada por um homem que é o retrato do povo brasileiro, um pequeno homem chamado Chico Mendes, filho de migrantes nordestinos, lúcido, inteligente e que soube compreender como ninguém a importância de defender a floresta, e mais do que defender a floresta, representava um povo que sabia conviver com ela, extrair dela as necessidades para a sobrevivência do seu povo, mas manter aquele enorme patrimônio de um genético que pertence a todo o povo brasileiro e, por que não dizer, a toda a humanidade.

Chico Mendes tombou pelas balas covardes e assassinas daqueles que não conseguem se impor pela força dos argumentos e se impõem pelos argumentos da força. Para vergonha do Poder Judiciário do Acre e do Brasil quando todo mundo esperava uma condenação de Darci Alves, o Tribunal de Justiça do Acre resolveu anular o julgamento do mandante do assassino do Chico Mendes, mas esse mandante continuava e continua preso por força da prisão preventiva decretada pelo Estado do Paraná e pela morte de uma pessoa na cidade de Umuarama, é o que mantém Darci Alves enclausurado para que não continue a assassinar inocentes no Estado do Acre ou pelo Brasil afora.

Este julgamento estava marcado pela segunda vez em Umuarama, mas pela segunda vez o Tribunal de Justiça do Acre se negou a remover esse cidadão até ao Estado do Paraná sob o argumento falso de que Darci Alves deveria permanecer no Acre para responder a outros inquéritos policiais. Só que a lei diz que os assassinos, os réus devem ser julgados por todos os crimes que cometeram independentemente de cada processo. Sequer amparo legal teve a decisão do Tribunal de Justiça do Acre. Fica para nós a suspeita de que esse Tribunal pretende adiar o julgamento e a remoção de Darci Alves para o Estado do Paraná e fazer com que no ano de 1993, portanto no ano que vem, prescreva o crime desse cidadão cometido aqui no Estado do Paraná. Então, nada mais impedirá que se abram as portas da penitenciária do Acre e mais um criminoso confesso esteja solto por esse País.

Nós da Bancada do PT queremos lamentar profundamente decisões como estas que comprometem não apenas a nossa credibilidade perante o exterior, mas que comprometem a nossa credibilidade da justiça desta terra. Fica mais uma vez confirmado que cadeias só existem para pobres, os ricos podem matar, roubar, grilar que ficarão impunes. A presença transitória de Darci Alves na cadeia do Acre nos prenuncia apenas

que ele está lá para preservar a sua própria vida de alguma vingança. E é por isso que nós da Bancada do PT gostaríamos que o Poder Legislativo do Estado do Paraná tomasse uma decisão firme, uma decisão corajosa que é esperada de todos nós e condenemos essa decisão do Tribunal de Justiça do Acre e pressionar aquele Tribunal para que envie imediatamente esse cidadão para ser julgado pelos crimes e pelo assassinato dos paranaenses que ele cometeu aqui no nosso Estado.

Cabe ao Paraná e ao Poder Judiciário deste Estado demonstrar firmeza e dar satisfação à opinião pública mundial e à opinião pública deste País. Exige-se nesse caso uma exemplar punição do grileiro que ceifou a vida de um dos brasileiros mais ilustres do nosso País.

Era isso.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria apenas de ratificar o pronunciamento de Vossa Excelência e somando também a essa preocupação que Vossa Excelência traz quanto a este caso, porque de fato só se tomou uma iniciativa porque a imprensa nacional fez pronunciamento a respeito, mas a nível de decisão com certeza vai valer apenas a morte de Chico Mendes, lamentavelmente vai ser a resposta, porque provavelmente vai prevalecer isso que Vossa Excelência disse, continuará a cadeia para os pobres.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concluindo eu gostaria de contar com a solidariedade de todos os Senhores Deputados e nós vamos apresentar segunda-feira próxima um requerimento em forma de apelo ao Tribunal de Justiça do Acre para que encontre formas e mecanismos e assegure a remoção de Darci Alves até a cidade de Umuarama para ser julgado pelos crimes que aqui cometeu.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA

Com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 66/92, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Arapongas. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 418/92, subscrito pelo Sr.

Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês, em virtude de viagem ao Município de Laranjeiras do Sul. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº SPB. 1248/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/91, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico). Aprovado. (Public. no D.A. nº 43 de 25.04.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/91, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências. Aprovado. (Public. no D.A. nº 108 de 03.09.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/91, que altera a redação do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989. Aprovado. (Public. no D.A. nº 130 de 09.10.91).

O Projeto recebeu emenda em 2ª Discussão.

Vai para a CCJ, retornando em 3ª Discussão.

O SR. ERNANI PUDEL - Sr. Presidente, com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado. Apenas com o seu voto, Deputado, porque o Sr. é o único presente na sessão, então não é da bancada.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 492/91, que cria o Conselho Estadual

de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, parágrafo único da Constituição Estadual. Aprovado. (Public. no D.A. nº 139 de 24.10.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/91, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado. (Public. no D.A. nº 151 de 18.11.91).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do Deputado Dirceu MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em contato com o Deputado Dirceu Manfrinato, nós elogiamos a sua iniciativa tanto é que com a anuência do proponente da proposta, até apresentamos emenda que foi reconhecida por esta Casa em duas sessões, mas não posso deixar de destacar e louvar também a emenda do Deputado Alceu Swarowski, inclusive esclarecendo os motivos da mesma e colocando uma preocupação ao nosso ver bastante válida e por outro lado ainda, que esse plano de lei não seja sancionado, a alteração proposta servirá de alerta ao Poder Executivo que poderá acatar a proposição como sugestão para encaminhamento de anteprojeto da matéria. Nós, evidente que queremos desejar à classe dos professores aposentados do Paraná que não foram beneficiados, por esse direito constitucional que é o direito à incorporação da regência e em matéria semelhante que nós apresentamos em 1991, lamentavelmente derrubado por esta Casa. Naquela oportunidade, o líder do Governo dizia que o governo faria e já havia acertado com a APP o levantamento da situação desses professores. Até hoje não foi feito e por isso nós acreditamos que é louvável a iniciativa do Deputado Alceu Swarowski, mesmo na oportunidade em que votava contra o nosso projeto. Eu acho que é louvável e estarei sempre apoiando iniciativas dessa natureza, mesmo que a gente tenha que fazer isto aí. Eu acho que tem que destacar, porque é questão de mérito, se ele votou, naquela oportunidade, contra a nossa iniciativa, hoje eu vou votar de coração aberto na sua iniciativa e quicá o governo do Estado venha reconhecer de fato, esse direito dos professores aposentados. Votarei hoje, como votarei sempre em iniciativas dessa natureza. Por isso tenho que parabenizar o Deputado Alceu Swarowski. Eu acho que o alerta que V.Exa. faz hoje, nós

também fizemos um 1991 e eu creio que é por aí que as coisas, em termos de trabalhadores do serviço público, começam a ser resolvidas, quando este Poder Legislativo, toma iniciativa desta natureza. Naquela oportunidade, nós também apresentávamos um projeto autorizatório que, lamentavelmente, o governo não reconheceu através da sua bancada de sustentação. Nós já vimos também e aí V.Exa. foi muito feliz quando colocava no final da sua justificativa, a preocupação, porque nós já ouvimos de fato, que este projeto deverá ser rejeitado pelo governador Roberto Requião.

Volto a parabenizá-lo e acho que é por aí que a gente deve trabalhar e votar em favor dos professores aposentados como nesta oportunidade e como também podíamos ter feito na oportunidade passada, quando apresentávamos iniciativa semelhante, inclusive citando o porquê e quais as leis que beneficiavam os professores, que até 89 recebiam a incorporação de regência e posteriores a estes, não recebiam.

Então nós estamos aqui registrando mais uma vez o nosso voto de louvor a essa iniciativa do Deputado Alceu Swarowski, emendando o Projeto do Deputado Manfrinato e com certeza, acreditando que mais uma iniciativa desta natureza, desta vez através do Deputado Alceu Swarowski, há de sensibilizar o governador para aquilo que no final do ano passado, foi prometido pela liderança do PMDB que o levantamento seria feito e até a presente data, esses professores não foram beneficiados e nem foram procurados para incorporação desta regência.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury): Em votação a emenda. Aprovada.

O projeto vai para redação final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/92, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que determina a obrigatoriedade da adição de um percentual de 22% de álcool anidro à gasolina - Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

O Projeto recebeu emenda em 2ª Discussão.

Vai para a CCJ, retornando em 3ª Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 511/91

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

379/91

1.^a DISCUSSÃO - do projeto de Lei n.ºs 199/91, 044/92, 066/92, 094/92, 108/92 e 109/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL SUPRAPARTIDÁRIA SOBRE O TRABALHO ESCRAVO EM FAZENDAS NO PR. ATA DA INSTALAÇÃO E DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças partidárias para comporem a Comissão Especial Suprapartidária para averiguação de casos de denúncias de trabalho escravo em fazendas deste Estado, como o caso denunciado e comprovado "in loco" na Fazenda Gralha Azul, Município de Laranjeiras do Sul, e outros, com o fim de proceder a sua instalação e respectiva eleição para Presidente, Vice-Presidente e Relator, presidida pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino. Com as presenças dos Senhores Deputados Hêlio Rusch, Paulo Maia e Mário Bezerra, com a falta justificada do Senhor Deputado Toti Colaço, verificou-se a existência de número legal. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a unanimidade de votos aos nomes dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Hêlio Rusch e Mário Bezerra, para Presidente, Vice-Presidente e Relator respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Ovídio Constantino agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus Pares, sendo seguidos por iguais palavras de agradecimento e de postura de confiança pelos Senhores Deputados Hêlio Rusch e Mário Bezerra. O Senhor Presidente designou a funcionária Idília Débora Gineste para secretariar os trabalhos da Comissão. Aproveitando da oportunidade o Senhor Presidente apresentou aos demais membros um video-tape com depoimentos de trabalhadores em regime de escravidão branca na Fazenda Gralha Azul, de propriedade do Senhor Olivil da Silva, onde se constatou que os mesmos lá trabalhavam sem receber qualquer salário, apenas, comida, vestuário e remédios e sem sequer estarem registrados no Ministério do Trabalho. Para melhores esclarecimentos dos fatos alocados no respectivo vídeo-tape encontram-se presentes à reunião na qualidade de convidados os Senhores Drs. Divonzir José Borges, Promotor de

Justiça do Município de Laranjeiras do Sul e Marco Antonio Bassan, delegado de Polícia, inspetor da Região Sudoeste, designado para investigar casos de escravidão branca. Sendo que o Senhor Promotor de Justiça informou que o proprietário da citada fazenda já se encontrava com prisão em flagrante declarada e já fôra proposta a devida ação penal pelo Ministério Público. Dada a palavra ao Sr. Dr. Marco Antônio Bassan, Delegado de Polícia, este disse que a empreitada feita para a filmagem na Fazenda Gralha Azul foi de alto risco, já que os fazendeiros da região têm por costume usar da Chamada proteção privada, utilizando-se de serviços de proteção de suas propriedades através de jagunços e pistoleiros que não titubeiam em receber a bala daqueles por eles considerados invasores e que certa vez fôra ele próprio recebido a bala em determinada fazenda. O Senhor Presidente declarou presente o Senhor Darci Frigo, coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra, que denunciou, igualmente, a existência de demais casos semelhantes e que em outra fazenda do mesmo proprietário (Fazenda Piquiri) havia denúncia do mesmo naipe, havendo necessidade de averiguação dos fatos. Contudo, todos os presentes concordaram que o principal problema na região é a falta da devida segurança pública, onde até a delegacia local encontra-se em péssimas condições de funcionamento e existe, apenas, uma única viatura para fazer o policiamento repressivo e preventivo. Ficou, igualmente, apurado que a esta Comissão caberia tomar conhecimento de todas as denúncias de trabalho escravo à ela apresentada, dar-lhes a devida publicidade e encaminhá-las aos órgãos competentes. O Senhor Presidente, então designou a data da próxima reunião para 05/05/92, às 17:00 horas, no mesmo local, para se definir as linhas de trabalho e convidou os Senhores Marco Antonio Bassan, Divonzir José Borges e Darci Frigo para comparecerem e acompanharem as demais reuniões, se houvesse por partes dos mesmos disponibilidade e interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos demais membros e por mim Idília Débora Gineste, Secretária desta Comissão.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

Presidente

IDILIA DEBORA GINESTE

Secretaria

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a Legislatura - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Toti Colaço, Paulo Maia, Nilton Barbosa, João Iensen, Antônio Costenaro Neto e Durval Amaral. O Senhor Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Proposição Veto nº 45/92 oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei 574/91 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL para ir ao Plenário, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 2) Proposição Veto nº 35/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 88/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. O Deputado Relator, Ovídio Constantino requer diligência - DEFERIDO; 4) Projeto de Lei nº 76/92 de autoria do Deputado Nelson Justus. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer diligência - DEFERIDO; 5) Projeto de Lei nº 45/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer diligência - DEFERIDO; 6) Projeto de Lei nº 86/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 7) Projeto de Resolução nº 60/90 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 8) Projeto de Lei nº 79/92 de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ovídio Constantino. Voto contra o parecer dos Deputados João Iensen, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Durval Amaral e Toti Colaço - REJEITADO e designado novo Relator, Deputado João Iensen; 9) Projeto de Lei nº 120/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 105/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 47/92 oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 499/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 29/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 83/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 56/92 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 121/92 oriundo do

Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 16) Projeto de Lei nº 107/92 de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto, requer diligência - DEFERIDO; 17) Proposição Veto nº 34/92 oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 568/91 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 18) Projeto de Resolução nº 01/92 de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti. APROVADO o parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, com voto contrário dos Deputados Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Paulo Maia; 19) Projeto de Lei nº 98/92, oriundo do Poder Executivo. É o seguinte o parecer do Deputado Nilton Barbosa: FAVORÁVEL à Emenda nº 1, ficando a nº 2 prejudicada, e as de nº 3, 4 e 5 improcedentes - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 412/91 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 103/92 de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer contrário do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 511/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 289/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 24) Proposição Veto nº 41/92 oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 282/91 dos Deputados do PT. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 605/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 118/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 465/91 de autoria dos Deputados Dalton Machuca e Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 28) Proposição Veto nº 40/92 oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 89/92 de autoria do Deputado João Arruda e outros. O Deputado Relator, Durval Amaral, requer diligência - DEFERIDO; 30) Projeto de Lei nº 526/91 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Oswaldo Trevisan - Rejeitado o Parecer e designado novo Relator, Deputado Durval Amaral; 31) Projeto de Lei nº 69/92, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano. O Deputado Nilton Barbosa manifesta seu voto contrário ao Projeto 289/92. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO
Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA
Secretária